O QUE FAZEMOS atividades 2014

CONECTAS
DIREITOS HUMANOS

CARTA DOS DIRETORES

Carta dos diretores

Caros(as) colegas, parceiros(as) e financiadores(as),

É com muita satisfação que apresentamos o relatório anual 2014 da Conectas Direitos Humanos. No ano que passou, a organização avançou muito em abrangência e eficácia, tendo consolidado sua influência em diversos campos de ação. Apesar de um contexto doméstico adverso e um cenário internacional desafiador, a equipe e parceiros da Conectas trabalharam incansavelmente para que a causa dos direitos humanos e a consolidação do Estado de Direito no Brasil e em todo o Sul Global avançassem. Nas páginas seguintes, temos o prazer de compartilhar algumas das principais ações realizadas pela organização em 2014. Esperamos que, com este sucinto panorama, os leitores tenham uma breve noção das realizações que a Conectas tem alcançado, assim como de alguns dos desafios que a organização tem enfrentado.

O ano de 2014 foi atípico no Brasil. Desde Copa do Mundo até eleições presidenciais, diversos acontecimentos dividiram os brasileiros, fazendo com que a população saísse às ruas para denunciar abusos e exigir mudanças políticas. Neste contexto, a violência policial, a terrível situação nas prisões brasileiras, e a prevalência dos interesses econômicos sobre direitos políticos, sociais e culturais afetaram profundamente o trabalho das organizações de garantia de direitos como a Conectas. Além disso, no cenário internacional, o Brasil esteve engajado em algumas ações específicas, deixando de lado questões importantes como a crise humanitária na Síria.

É neste contexto complexo e volátil, que a Conectas, baseada em seus 13 anos de experiência, tem lutado suas batalhas mais antigas, adaptando suas estratégias aos novos atores e dinâmicas relevantes. Em particular, destacamos a campanha midiática em torno da *revista vexatória*, cujo objetivo foi advogar pelo fim da revista intrusiva, que parentes de detentos são obrigados a passar para visitar seus familiares.

Promover maior transparência e participação social nos processos de tomada de decisões de política externa também foi um ponto focal do programa de Direitos Humanos e Política Externa da Conectas. Em 2014, o programa advogou para que o governo brasileiro publicasse o *Livro Branco*, documento que define as diretrizes da ação internacional do Brasil.

Por fim, ressaltamos a 20a edição da *Revista Sur*, lançada em diversos lugares do mundo, provendo debates e conversas com autores e ativistas sobre o futuro do movimento de direitos humanos, o que reafirmou o compromisso original da SUR de promover as vozes do sul no debate global sobre direitos humanos.

2014 foi também um ano de transição para Conectas. A então diretora executiva da Conectas, Lucia Nader, responsável pelos grandes avanços e mudanças rumo a maior impacto da organização nesses últimos anos, deixou a Conectas. A Jessica Morris, advogada e ativista de direitos humanos, se junto a organização em Julho de 2015 para ocupar o cargo de diretora executiva. Aproveitamos para agradecer a dedicação e compromisso sem falta da Lucia nos 12 anos que ela dedicou a Conectas!

Estes são alguns dos esforços da Conectas em sua busca constante por uma ordem nacional, regional e internacional mais justa e respeitosa aos direitos humanos. Este trabalho, no entanto, não seria possível sem o apoio de nossos financiadores: *Fundação Channel*; *Fundação Ford*; *Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento Internacional* (IDRC na sigla em inglês); Instituto Betty e Jacob Lafer; *Fundação Oak*; *Fundações Open Society*; *Sigrid Rausing Trust*; *Agência de Cooperação sueca*

de Desenvolvimento Internacional (SIDA na sigla em inglês); *União Europeia* e outros que, graças às suas contribuições, fazem o nosso trabalho possível. Além disso, o trabalho que realizamos com organizações parceiras, regionais e internacionais, faz com que o resultado de nossas ações seja muito maior do que a soma de suas partes individuais.

O apoio e contribuições que recebemos de voluntários ao longo do ano também representam uma parte notável do nosso trabalho. Muitos eventos, incluindo o Colóquio Internacional, não seriam possíveis sem as contribuições dos nossos dedicados voluntários. Por fim, Conectas busca engajar a sociedade brasileira em sua missão. O apoio de milhares de pessoas às nossas ações, através do ativismo online e da participação em eventos públicos promovidos pela organização ao longo do ano, também é parte intrínseca dos resultados que somos capazes de alcançar como organização de direitos humanos. Os resultados tangíveis de nosso trabalho provam-nos que nossas lutas não são em vão. Portanto, devemos manifestar o nosso mais genuíno agradecimento à colaboração e incentivo dos nossos notáveis parceiros, nossos indispensáveis doadores e nossa tão empenhada equipe, que juntos tornam possíveis muitas mudanças sociais positivas, através do trabalho da Conectas.

Com nossos mais sinceros cumprimentos,

Jessica Morris, Juana Kweitel e Marcos Fuchs

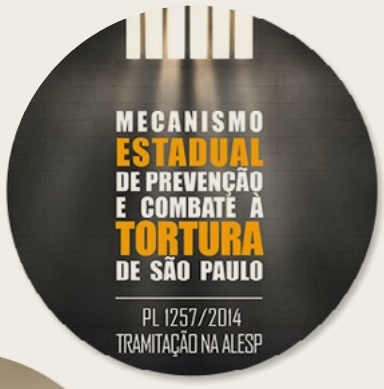
JUSTIÇA

MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Desde que o governo brasileiro aprovou a lei que cria que cria o *Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Totura* em agosto de 2013, Conectas tem monitorado e realizado ações de advocacy para que mecanismos como esse também sejam implementados em nível estadual.

Em 4 de setembro de 2014, São Paulo, estado que abriga 35% da população carcerária brasileira, deu o primeiro passo para a criação de um Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura. Um *Projeto de lei*, elaborado pela Conectas e parceiros, foi protocolado pelo deputado Adriano Diogo (PT), após a realização de uma *audiência pública* no âmbito da Comissão Estadual da Verdade. Leia *aqui* a íntegra do documento.

Se o PL for aprovado, será criada uma entidade com acesso livre a qualquer local de privação de liberdade, formada por especialistas com agenda independente. A partir das visitas, seus membros poderão solicitar a instauração de inquéritos, fazer perícias, elaborar relatórios, sistematizar dados e sugerir políticas públicas.



COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Para mais informações clique *aqui*.

Em dezembro de 2014, os membros da CNV (Comissão Nacional da Verdade) apresentaram o mais importante *documento* já produzido no Brasil sobre as violações de direitos humanos ocorridas no país entre 1946 e 1988, o que incluí o período da ditadura militar. Leia *aqui* a versão completa do documento.

Em seu conjunto, as recomendações feitas pela CNV tentam abrir caminho para mudanças institucionais que possam fortalecer o respeito pelos direitos humanos. Entre elas estão as *sugestões feitas pela Conectas* aos comissionados através do mecanismo aberto para a participação cidadã na elaboração das recomendações.

Pelo Fim da Revista Vexatória

DESDE 2013, Conectas vem trabalhando para colocar um fim na prática da revista vexatória em todo o país. A revista vexatória consiste em uma revista extremamente humilhante, em que parentes, familiares e amigos de presos são obrigados a tirar a roupa e ter suas partes íntimas revistadas durante as visitas aos presos.

APROVAÇÃO DA LEI EM SP

Em agosto de 2014, São Paulo, o estado que concentra a maior população carcerária do Brasil (190 mil), proibiu a prática da revista vexatória através da *lei 15.552*. Para saber mais clique *aqui*.

Com a nova lei, os estabelecimentos prisionais ficam proibidos de submeter os visitantes a procedimentos invasivos, como é o caso do desnudamento, dos repetidos agachamentos sobre um espelho e da inspeção das partes intimas.

"A APROVAÇÃO DA LEI é um grande avanço e, justamente por reconhecer que a revista vexatória é uma prática humilhante, deve ser imediatamente aplicada. Mas precisamos alertar que a lei por si só não basta, ela precisa ser concretizada no mundo real"– Vivian Calderoni, Advogada do programa de Justiça da Conectas."

No âmbito nacional, em novembro de 2014 a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade o *Projeto de Lei 7764/2014* que proíbe a realização de revistas vexatórias nos presídios brasileiros. Meses antes, o Senado já o havia aprovado por unanimidade. O texto agora segue para as comissões de Segurança Pública e Constituição e Justiça antes de passar por sanção presidencial. Para saber mais clique *aqui*.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Em maio de 2014, Conectas protocolou *ação coletiva por danos morais* contra o governo de São Paulo. O objetivo é fazer com que o governo responda na Justiça por submeter familiares de presos a revistas vexatórias nos centros de detenção provisória I e II de Guarulhos. A ação foi baseada em relatos contidos em 24 cartas recebidas pela Conectas, os quais mostram que mulheres, idosas e crianças passam sistematicamente pela revista vexatória na maioria dos presídios do país.

O processo pede a responsabilização do Estado pelas violações cometidas contra os familiares de presos nos CDPs I e II de Guarulhos e o pagamento de uma indenização no valor de R$ 1 milhão por danos morais coletivos – o valor será direcionado para um fundo de direito difuso que financiará políticas públicas na área prisional. A ação também poderá ser usada por familiares que desejarem buscar reparação individual.

AMICUS CURIAE

Em agosto de 2014, Conectas e parceiros ingressaram como amicus curiae no habeas corpus nº 267.507 de Rondônia. O habeas corpus foi impetrado por mulheres que durante a visita a seus parentes no Centro de Ressocialização Vale do Guaporé, na cidade de Porto Velho, são submetidas à revista vexatória. O pedido das entidades é para que essas mulheres, bem como os demais visitantes da unidade prisional não sejam mais submetidos à revista que inclua nudez total ou parcial, reconhecendo-se a inconstitucionalidade da medida.

PRONUNCIAMENTO NA ONU

Conectas levou o debate sobre a revista vexatória à plenária da 26ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Em seu *pronunciamento oral*, a organização afirmou que "revistas vexatórias são uma prática inaceitável que constitui tratamento inumano e degradante, além de infligir sofrimento físico e mental. (..) Mesmo assim, elas são executadas regularmente no Brasil, violando o princípio da dignidade humana". Na ocasião, a Conectas urgiu o Conselho a apoiar a aprovação do projeto de lei 480/2013, que acaba com esse tipo de revista no País. Leia mais *aqui*.

Fortalecimento do Atendimento Jurídico Prestado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo

DESDE SUA FUNDAÇÃO, CONECTAS trabalha para o fortalecimento das instituições democráticas brasileiras por meio de ações judiciais, administrativas e políticas. Foi nesse sentido que durante o ano de 2014, a organização trabalhou para a aprovação de cotas étnico-raciais na Defensoria Pública de São Paulo.

POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA EM CURSO

Em outubro de 2014, a Defensoria Pública de São Paulo aprovou politicas de ações afirmativas em seu processo de seleção interno. A aprovação foi celebrada por diversos movimentos da sociedade civil. Conectas e organizações parceiras apresentaram *parecer* perante o Conselho Superior da Defensoria Pública defendendo a criação de políticas de ação afirmativa.

Segundo dados do Censo do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), divulgado em junho de 2014, apenas 15,6% dos magistrados brasileiros são negros. Ainda de acordo com essa amostragem, nos tribunais superiores o número baixa para menos de 10%.

Repressão Policial nos Protestos

DESDE JUNHO DE 2013, Conectas e parceiros vêm realizando ações de advocacy pela garantia e proteção dos direitos humanos durante protestos em todo o Brasil.

ATUAÇÃO NA COPA

Muito preocupante foi o legado deixado na segurança pública durante a Copa do Mundo do Brasil. Ao longo do evento, ficou clara a dificuldade do Estado brasileiro para lidar com as manifestações, o que resultou em falta de diálogo e repressão por parte dos governantes. Nesse período, Conectas publicou diversos artigos na mídia nacional e internacional, denunciando as sistemáticas violações de direitos humanos que ocorriam no país. Destaca-se o *texto* assinado por Lúcia Nader e João Paulo Charleaux, publicado no The Guardian em junho de 2014.

INQUÉRITO POLICIAL CONTRA MANIFESTANTES

Advogados, juízes, congressistas e professores de Direito assinaram *manifesto,* apoiado pela Conectas, expondo as ilegalidades do *inquérito 01/2013*, instaurado pelo DEIC (Departamento de Investigações Criminais da Polícia Civil de São Paulo) para investigar o uso da tática black bloc em protestos.

O documento solicita o imediato arquivamento da investigação, o fim da criminalização de manifestantes e a liberdade de Fábio Hideki e Rafael Marques, ativistas presos durante protestos na Copa do Mundo. Leia o documento na íntegra clicando *aqui*.

ALCKMIN VETA PROJETO DE LEI QUE PROIBIRIA USO DE BALA DE BORRACHA

Em dezembro de 2014, o *projeto de lei (608/2013)* aprovado pela Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) que proibia o uso de balas de borracha no estado *foi vetado pelo governador de São Paulo*, Geraldo Alckmin.

Em abril, a Justiça paulista já havia sido provocada a se pronunciar sobre o tema em *ação coletiva* da Defensoria Pública. A ação solicita a proibição do porte e uso de armas de fogo, inclusive com munição de elastômero; o estabelecimento de

uma cadeia de comando clara; e obrigatoriedade de identificação das tropas. O processo foi reforçado em junho com amicus curiae da Conectas.

Em decisão de primeira instância *foi acatado o pedido de liminar* feito na ação, porém a medida foi suspensa pelo Tribunal de Justiça. O julgamento do mérito ainda está pendente.

ENTIDADES REAGEM A ANÚNCIO DA PM SOBRE USO DE "ENVELOPAMENTO" PARA ISOLAR MANIFESTANTES

Numa decisão anunciada pela Polícia Militar de cercar e revistar pessoas que participassem da manifestação do Movimento Passe Livre, em 09 de janeiro, entidades de Direitos Humanos, entre elas a Conectas *enviaram documento* à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, manifestando preocupação com a decisão. O alerta para possíveis violações também foi enviado ao *Ministério Público estadual*, à *Defensoria Pública* e à *Comissão de Direitos Humanos da OAB*. Para saber mais clique *aqui*.

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM MPF

Chamar a atenção das instituições responsáveis para os abusos cometidos pela polícia em manifestações de rua foi o foco da audiência pública ocorrida em 18 de novembro, na qual Conectas participou. Apesar de convidado pelo MPF (Ministério Público Federal) e o MPSP (Ministério Público do Estado de São Paulo) para compor a mesa, o Comandante Geral da Polícia Militar, coronel Benedito Meira, não compareceu ao evento.

Em sua fala, o diretor adjunto da Conectas, Marcos Fuchs, afirmou que "há uma preocupação internacional com a adoção de critérios mínimos para a utilização da força por agentes do Estado". Segundo ele, as experiências de outros países mostram que a escolha da violência não é uma decisão técnica, mas sim uma decisão política. Leia *aqui* o documento "Fatos sobre o uso da força", sobre a atuação da polícia em protestos.

Sistema Prisional e o Acesso à Justiça pela População Carcerária

O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO é um dos principais cenários de violação de direitos humanos no país. Com ações judiciais e administrativas, além de ações políticas, Conectas trabalha diariamente para alterar este quadro.

ELEIÇÕES: 10 MEDIDAS URGENTES PARA O SISTEMA PRISIONAL

As péssimas condições do sistema prisional brasileiro costumam receber pouca atenção dos candidatos durante o processo eleitoral. Diante deste cenário, Conectas apresentou aos principais candidatos à presidência e ao governo de São Paulo *10 medidas urgentes para o sistema prisional*, uma lista de compromissos imediatos que atualiza e contextualiza propostas pelas quais a Conectas atua cotidianamente.

MAPA DAS PRISÕES

A falta de dados sobre o sistema prisional é um dos principias gargalos das políticas públicas na área. Com o objetivo de tornar os poucos dados existentes mais acessíveis ao público em geral Conectas lançou, em novembro de 2014, o *Mapa das prisões*. Trata-se de análise sobre os *números mais recentes* do sistema prisional brasileiro, divulgados pelo Ministério da Justiça. Essa plataforma será constantemente atualizada, tornando-se importante fonte de informação para defensores, jornalistas, pesquisadores e estudantes.

PEDRINHAS – OEA COBRA AÇÃO

Em 2013, a seccional maranhense da OAB e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos denunciaram o Brasil à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) pelos assassinados ocorridos em Pedrinhas.

Em novembro de 2014, diante do descumprimento do Brasil às suas determinações, a Corte Interamericana expediu medida provisória obrigando o Brasil a adotar imediatamente "todas as medidas que sejam necessárias para proteger eficazmente a vida e a integridade pessoal de todas as pessoas privadas de liberdade no Complexo Penitenciário de Pedrinhas", no Maranhão.

Conectas participa do processo como co-peticionária. Leia *aqui* a íntegra da decisão. Para saber ainda mais clique *aqui*.

LEI DE DROGAS

A *Lei de Drogas* de 2006 tem sido identificada como uma das grandes responsáveis pelas altas taxas de encarceramento. A lei deixa nas mãos da polícia a tarefa de diferenciar usuário e traficante, o que amplia a desigualdade no tratamento entre brancos e negros, ricos e pobres. Em 2012, Conectas, *Pastoral Carcerária*, *ITTC* (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania) e *Instituto Sou da Paz* enviaram ao Supremo Tribunal Federal um amicus curiae reforçando a tese da Defensoria Pública de São Paulo sobre a inconstitucionalidade do artigo 28 da lei de drogas. O *amicus curiae* é um mecanismo que permite a atores externos a um processo contribuir com a tomada de decisão dos ministros. O documento, assim como o resumo do caso podem ser encontrados no *STF em Foco* – página da Conectas dedicada ao monitoramento do debate sobre direitos humanos no Supremo.

A fim de conscientizar um público mais amplo sobre o assunto, em 4 de agosto de 2014, Conectas promoveu o evento "Por que a lei de drogas precisa mudar". O *debate* ocorreu entre o juiz de Direito José Henrique Torres e o psiquiatra Luiz Fernando Tófoli. Mediado pelo apresentador Cazé Pecini, o evento reuniu mais de 130 pessoas, dezenas também acompanharam através do *Estúdio Fluxo*, que transmitiu o debate ao vivo pela internet.

Em 8 de agosto, após a posse do novo presidente do STF, Ricardo Lewandowski, Conectas enviou-lhe uma carta reforçando a urgência do julgamento do caso que discute a inconstitucionalidade da criminalização da conduta de porte para consumo pessoal de drogas. Leia aqui a íntegra do documento.

O Papel do Supremo Tribunal Federal na Defesa e Promoção dos Direitos Humanos

PARA A CONECTAS, o Supremo Tribunal Federal tem papel protagonista na proteção e efetivação dos direitos humanos no Brasil e na abertura do Judiciário à sociedade. Desde 2004, Conectas apresentou mais de 45 amicus curiae ao STF – um número inédito entre organizações da sociedade civil brasileira. Esse instrumento, previsto na Constituição de 1988, permite que opiniões independentes possam contribuir e influenciar o voto dos ministros em temas específicos.

OFICINA AMICUS CURIAE

Conectas realizou no segundo semestre de 2014 a *Oficina de Amicus Curiae de Direitos Humanos*, uma iniciativa pioneira da Conectas em parceria com a Sociedade Brasileira de Direito Público (*SBDP*). A primeira edição reuniu 17 estudantes. Seu objetivo foi promover o uso desse instrumento judicial como ferramenta de maior participação da sociedade no debate constitucional. Como resultado dessa atividade, foi elaborado e apresentado um *amicus curiae* em apoio à *resolução 175 do CNJ* (Conselho Nacional de Justiça) que regulamenta a conversão de uniões estáveis homoafetivas em casamento nos cartórios de todo o País.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO STF (NOMEAÇÃO LEWANDOWSKI)

Em busca de um sistema judiciário mais democrático, em setembro de 2014, Conectas e organizações parceiras cobraram da presidente Dilma Rousseff a regulamentação do processo de nomeação de ministros do STF. Em carta aberta, as entidades solicitaram a criação de chamadas públicas de candidaturas, combinadas a etapas de divulgação, consultas abertas e publicação de relatório final justificando a escolha do candidato. Para saber mais clique *aqui* e *aqui*:

POLÍTICA EXTERNA

POLÍTICA EXTERNA, DIREITOS HUMANOS E ELEIÇÕES

No marco das eleições presidenciais no Brasil, Conectas, juntamente com o *CBDHPE* (Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa), apresentou 10 propostas ao futuro presidente do país. Leia *aqui* a íntegra do documento. Além de cobrar o compromisso já assumido pelo Itamaraty de ampliar seu diálogo com a sociedade civil, as organizações reivindicaram a realização de duas propostas concretas: a criação de um *Livro Branco*, documento que contém as diretrizes da ação internacional do Brasil, e de um *Conselho Nacional de Política Externa*, órgão de caráter consultivo que consolidaria um canal formal de comunicação entre a sociedade civil e o Executivo.

Após a reeleição da presidente Dilma Roussef, o então embaixador do Brasil em Washington Mauro Vieira passou a ocupar o cargo de Ministro das Relações Exteriores, substituindo o antigo chanceler Luiz Alberto Figueiredo. Logo após seu *discurso* de posse, o novo ministro foi criticado pela Conectas por ter enfatizado apenas questões econômicas e por não ter mencionado a necessidade de maior transparência no Ministério. Além da crítica, a organização listou os temas que ainda precisam sair do discurso do Itamaraty e virar realidade. Leia mais *aqui* e *aqui*.

LIVRO BRANCO

Em novembro, durante sabatina realizada na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, o então chanceler, Luiz Alberto Figueiredo, afirmou que o *Livro Branco* seria publicado ainda em 2014. Porém, já se passaram meses e o documento não se tornou realidade. Em 2015, Conectas continuará trabalhando não apenas pela publicação do livro branco, como também por uma política externa mais transparente.

#OCongressoTambémFaz

Com o intuito de envolver a sociedade civil em temas de política externa, Conectas realizou a campanha *#OCongressoTambémFaz*, onde reuniu 45 sugestões de temas a serem discutidos pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. Em entrevista, Camila Asano – Coordenadora de Política Externa da Conectas – comentou os temas levantados, destacando sua importância estratégica para o país e o papel que o Congresso pode desempenhar em cada um deles. Acesse a entrevista completa clicando *aqui*.

#PergunteaoMinistro

Outra importante iniciativa realizada pela organização no segundo semestre de 2014 foi a campanha *#Pergunteao-Ministro*, que teve como objetivo incentivar parlamentares a aprofundar o diálogo com o Itamaraty. Durante a Campanha, Conectas levantou perguntas da sociedade civil para que fossem feitas ao então Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, durante sabatina no Congresso Nacional. Leia mais *aqui*.

A CHEGADA DE MIGRANTES AO BRASIL tem aumentado nos últimos anos, porém a normativa dirigida à população migrante permanece atrasada. Dessa forma, Conectas tem como um de seus objetivos influenciar a política migratória brasileira a fim de inibir violações de direitos humanos a essas populações.

REFORMA DA LEGISLAÇÃO MIGRATÓRIA BRASILEIRA

Conectas em articulação com outras organizações da sociedade civil vem pressionando os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para uma reforma da legislação migratória brasileira. Em outubro, cerca de 50 entidades- incluindo a Conectas, enviaram Carta Aberta ao governo, indicando que o anteprojeto de lei em linhas gerais cumpria os requisitos para uma reforma da legislação migratória brasileira pautada nos direitos humanos. A proposta, que foi apresentada em agosto de 2014 ao Ministério da Justiça, está atualmente sendo discutida pelo Executivo (Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Trabalho e Ministério da Justiça) antes de ser enviada para votação no Congresso Nacional. Em 2015, Conectas continuará monitorando o caso de perto para que seja aprovada uma lei protetiva e garantidora dos direitos humanos dos migrantes, alterando o paradigma atual. Leia mais *aqui*.

CONVENÇÃO DA ONU PARA TRABALHADORES MIGRANTES

O Brasil é um dos poucos países da região que não ratificou a Convenção da ONU para Trabalhadores Migrantes. O texto está no Congresso desde 2010 e aguarda a sua aprovação. Conectas e organizações parceiras têm atuado para que esse processo seja célere e o País possa estar entre aqueles que fazem parte da Convenção e assim ser monitorado pelo Comitê dele decorrente. A Convenção estabelece um piso mínimo para a igualdade entre migrantes e nacionais e deixa expresso a garantia dos direitos humanos independentemente da situação migratória.

REALIDADE PREOCUPANTE

Em outubro de 2014, a **COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS DA OEA** (CIDH) realizou duas audiências temáticas sobre migrações, onde a Conectas participou como co-peticionária. Uma delas se debruçou sobre os abusos da detenção de migrantes nas Américas, entre os assuntos abordados, foi dado destaque às situações em pontos de entrada, como aeroportos. A segunda audiência se centrou nos principais desafios para a proteção internacional nas Américas no marco do processo de Cartagena +30. Entre esses desafios se encontra a necessidade de promover formas de proteção a pessoas que migram por razões humanitárias decorrentes, por exemplo, de desastres naturais. Leia mais *aqui*.

CONECTOR

O "espaço Conector" é uma pequena sala localizada no aeroporto de Guarulhos, onde migrantes são mantidos de maneira irregular por falta de autorização de entrada e ali permanecem até que sejam repatriados ou tenham permissão para entrar no país. Em novembro de 2014, Conectas realizou inspeção a esse local com a finalidade de ouvir os migrantes presentes e demandar informações da polícia federal sobre as questões de direitos humanos ali envolvidas. Leia mais *aqui* e *aqui*.

"O Conector é um claro exemplo do risco de que se concretize algo que não queremos no Brasil: um centro de detenção de migrantes." (Raísa Cetra, assessora do programa de Política Externa da Conectas)

CURSO DE IMERSÃO EM GENEBRA

Desde sua fundação, a Conectas tem tido uma atuação junto a outras organizações do Sul Global para aprimorar a capacidade das mesmas em monitorar e influenciar a posição de seus países em matéria de Direitos Humanos. No segundo semestre de 2014, Conectas realizou a "Imersão Genebra", onde promoveu cursos de capacitação sobre o acesso e uso de mecanismos internacionais. O curso teve como finalidade fortalecer o conhecimento de organizações parceiras do sul global que trabalham com a temática Política Externa e Direitos Humanos. O programa consistiu em diversos workshops, momentos de interação com atores relevantes do Conselho de Direitos Humanos da ONU (ONGs, funcionários, jornalistas e diplomatas) e participação na 26ª sessão do mesmo Conselho.

Apesar de ter sido a primeira experiência de formação realizada pela Conectas nesse formato, o curso foi muito bem avaliado pelas organizações parceiras e proporcionou momentos de troca para os diferentes atores envolvidos, o que certamente foi enriquecedor para o movimento de direitos humanos do sul global.

"O programa de treinamento da Conectas tem sido um guia, um sistema de navegação, um verdadeiro "GPS" para o meu trabalho", disse Samuel Kwabena Owusu-Ansah, defensor de direitos humanos em Gana, que participou da imersão Genebra.

PAÍSES EMERGENTES E DIREITOS HUMANOS

A missão de fortalecer as organizações de direitos humanos do Sul Global orientou a criação da Conectas há 13 anos. Para saber mais sobre a trajetória do programa de política externa, leia *"Política Externa e Direitos Humanos: Estratégias de ação para a sociedade civil"*. Foi comprometida com essa missão que em novembro de 2014, Conectas, em parceria com o Kontras, realizou em Bandung, Indonésia, um workshop sobre "Países Emergentes e Direitos Humanos", cujo objetivo foi discutir sobre a capacidade da sociedade civil da Indonésia de influenciar a política externa de seu país

em temas relativos a direitos humanos. O evento reuniu cerca de 15 importantes organizações do país. Durante o encontro, Conectas compartilhou sua experiência na área, destacando a atuação de países asiáticos em fóruns multilaterais no que diz respeito a temas de direitos humanos, e discutindo possíveis estratégias de ação para democratizar o processo decisório em política externa na Indonésia.

"Tal como o Brasil, a Indonésia é uma democracia cada mais ativa na gestão de assuntos globais. Ter realizado esta oficina junto a organizações locais foi um passo importante para sensibilizá-las ao trabalho com política externa e direitos humanos. Solidificou também importantes parcerias com atores no país, que renderão possibilidades de ações conjuntas daqui para frente" (Laura Waisbich, Assessora do programa de Política Externa da Conectas)

MOMENTO HISTÓRICO

O *Tratado sobre Comércio de Armas* (ATT, na sigla em inglês) entrou em vigor em 24 de dezembro de 2014. Apesar do Brasil ter sido um dos primeiros a assiná-lo (em junho de 2013), ainda não o ratificou, o que na prática coloca o país de fora do acordo. O ATT é o primeiro tratado global a regulamentar as transferências de "armas convencionais", o que engloba desde armas leves até as de grande porte como porta-aviões.

Segundo *pesquisa* do Instituto de Estudos Internacionais e de Desenvolvimento, o Brasil é o 4º maior exportador mundial de armas leves, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, Itália e Alemanha. A não ratificação do tratado pelo país significa que o Brasil continua sem um controle transparente do destino e uso dos armamentos comercializados em seu território. Em 2015, Conectas continuará pressionando para que o ATT seja ratificado pelo governo brasileiro. Para mais informações clique *aqui*.

Segundo Jefferson Nascimento, assessor do programa de política externa da Conectas, "O regime criado pelo Tratado sobre Comércio de Armas prevê restrição completa de transferências de armas convencionais a países sobre os quais haja suspeita de prática de genocídio, crimes contra a humanidade, violações do direito humanitário (incluindo ataques contra alvos civis ou civis protegidos) e outros crimes de guerra previstos em convenções internacionais. Além disso, o ATT estabelece um mecanismo de análise de risco a ser empreendido em cada transferência entre Estados Partes, o qual deverá considerar critérios como respeito aos direitos humanos, direito internacional humanitário e possibilidade de desvio decorrente de controle inadequado do Estado comprador. Assim, ao evitar transferências irresponsáveis, o ATT terá impacto importante de reduzir o número de armas nas mãos erradas, contribuindo significativamente para a redução da violência armada"

Os Mecanismos Regionais & Internacionais na Proteção e Defesa dos Direitos Humanos

CONECTAS CONTINUA utilizando mecanismos regionais e internacionais de proteção de direitos humanos para denunciar e expor violações que ocorrem no Brasil e no mundo.

26ª SESSÃO DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU

Conectas e parceiros realizaram quatro pronunciamentos e um evento paralelo durante a 26ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, entre os temas tratados estavam: violação à liberdade de expressão, direito ao protesto, desafios do Grupo de Trabalho da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos, migração, participação social na política externa e abusos cometidos no contexto da Copa do Mundo. A reunião aconteceu em Genebra na Suíça, entre 10 e 27 de junho de 2014. Para mais informações clique *aqui*.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Leia aqui a íntegra do pronunciamento

EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS

Leia aqui a íntegra do pronunciamento

MIGRAÇÕES

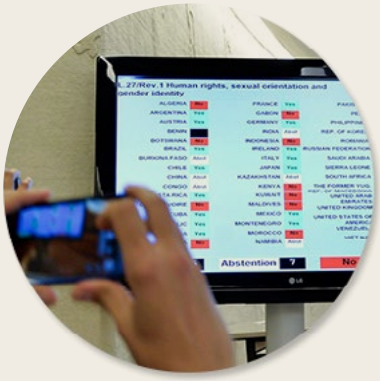
Leia aqui a íntegra do pronunciamento

COPA DO MUNDO

Leia aqui a íntegra do pronunciamento

27ª SESSÃO DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU

Em outubro de 2014, ocorreu a 27ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, onde países latino-americanos tiveram papel fundamental em diferentes temas. Além de liderarem a *resolução* que recolocou a questão da discriminação e violência por orientação sexual e identidade de gênero na agenda, esses países, com destaque para o Brasil, também se manifestaram sobre a importância de tratar a política internacional de drogas no âmbito do Conselho, na intenção de contribuir com os debates sobre o tema a partir de uma perspectiva de direitos humanos. Conectas atuou na sessão, para mais informações clique *aqui*.



BRASIL DESAPONTA DIANTE DE CRÍTICAS DA ONU AO SISTEMA PRISIONAL

Diante dos 47 países do Conselho de Direitos Humanos da ONU, o Brasil perdeu a oportunidade de reconhecer falhas e apresentar soluções para seu sistema prisional. Em setembro de 2014, após ouvir as *recomendações* do Grupo de Trabalho sobre prisão arbitrária, a embaixadora brasileira não respondeu às críticas dos especialistas sobre as políticas de encarceramento em massa no Brasil e desconversou sobre a necessidade de implementar medidas urgentes para solucionar as violações verificadas pelo GT. Para mais informações clique *aqui*, e para acessar o pronunciamento oral realizado pela Conectas e Rede Justiça Criminal *aqui*.

REVISÃO UNIVERSAL PERIÓDICA

Em 2014 diversos países passaram pela *Revisão Periódica Universal (RPU)*, sabatina sobre a situação de direitos humanos pela qual os países que compõem a ONU são submetidos a cada quatro anos e meio. Conectas tem se engajado em parcerias com organizações ao redor do mundo para pressionar o Brasil a fazer boas recomendações durante a sabatina dos países de onde vêm esses parceiros. Dentre os sabatinados em 2014 esteve o Egito – que recentemente adotou a *controversa lei 84/2002*, a qual limita o trabalho de entidades de direitos humanos no país. Para saber mais sobre a RPU do Egito clique *aqui*.

Conectas também atuou nas revisões de Irã e Angola. Para mais informações clique *aqui* e *aqui*.

SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

Faz cinco anos que o governo brasileiro não contribui financeiramente com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). A CIDH é parte da Organização de Estados Americanos e tem como missão garantir a efetivação dos direitos humanos na região. A OEA repassa uma pequena parte de seus recursos para a Comissão, o que não é suficiente e por isso essa depende de doações voluntárias de seus países membros, o que o Brasil não tem feito.

Frente a essa realidade, Conectas vem pressionando para que o governo brasileiro volte a fazer doações financeiras à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). O último repasse ocorreu em 2009 no valor de US$ 10 mil. Como comparação, em 2013, o México e a Argentina doaram à Comissão, US$ 305mil e US$ 400 mil respectivamente. Leia mais *aqui*.

Segundo Camila Asano, coordenadora de política externa da Conectas, "isso mostra a baixa prioridade que o Brasil dá ao principal órgão de direitos humanos da região".

Em 2014, o Brasil também não pagou sua contribuição obrigatória à Organização dos Estados Americanos (OEA). O governo brasileiro tampouco informou se pretende pagar os US$ 10 milhões referentes ao ano de 2015. Para mais informações leia *aqui*.

O reconhecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos pelo Estado brasileiro se faz fundamental. Sua atuação teve impacto positivo sobre a situação dos direitos humanos no País em diversas áreas, dentre elas, o enfrentamento da violência doméstica, o combate ao trabalho escravo, a melhoria das condições do sistema prisional, a reformulação das políticas de assistência à saúde mental e à proteção de defensores de direitos humanos. Por essa razão, em 2015 Conectas continuará acompanhando o assunto de perto.

SUL-SUL

Conectas Novo Fellowship

EM 2014, o programa de intercâmbio da Conectas foi relançado com um novo formato, a fim de reforçar o objetivo da organização de conectar defensores de direitos humanos do Sul Global. Com base na experiência da Conectas com intercambistas da África Lusófona, o novo "Fellowship" tem trazido para o Brasil pesquisadores seniores e defensores cujo foco e tema de interesse convergem com a missão da organização.

Em 2014, Conectas recebeu três intercambistas. A primeira, Katia Taela, foi uma das participantes da 13ª edição do Colóquio Internacional de Direitos Humanos. Katia passou dois meses na Conectas, colaborando com o programa de política externa – a investigar o papel das embaixadas brasileiras na África, e com a Revista SUR – identificando autores e contatos relevantes para futuras publicações. Katia que é estudante de doutorado no Departamento de Desenvolvimento da Universidade de Sussex, também passou parte de seu tempo na Conectas pesquisando relações Brasil-Moçambique para seu doutorado.

O segundo intercambista, Miguel Pulido Jiménez, era Director Executivo na ONG mexicana ***FUNDAR,*** uma organização que procura promover a participação da sociedade civil nas instituições públicas através de produção de pesquisa e conhecimento. Durante a sua estadia na Conectas, ele apresentou o trabalho da Fundar a todos os membros da equipe e forneceu um contexto histórico do movimento de direitos humanos e do estabelecimento do Estado de direito no México.

O terceiro e último intercambista foi Haris Azhar, Diretor Executivo da ONG indonésia ***KONTRAS***, uma organização que procura promover a democracia e o Estado de Direito na Indonésia e defender vítimas de violações de direitos humanos no país. Haris também apresentou o trabalho de sua organização, bem como o cenário de direitos humanos e o contexto histórico da democracia na Indonésia. Tanto Miguel Pulido Jiménez quanto Haris Azhar escreveram para a revista Sur. Miguel escreveu sobre a *relação entre ferramentas tecnológicas e a luta pelos direitos*; enquanto Haris escreveu sobre a *luta pelos direitos humanos na Indonésia*.

A SUR, REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, é publicada duas vezes por ano pela Conectas, editada em três idiomas (inglês, português e espanhol), e distribuída gratuitamente para cerca de 3 mil assinantes em mais de 100 países.

SUR 20

Os direitos humanos ainda são vistos como uma linguagem efetiva para mudanças sociais? Quem as organizações de direitos humanos representam? Como usar as novas tecnologias de comunicação para influenciar o ativismo? Refletindo sobre estas e outras questões, 60 consagrados ativistas e acadêmicos de 18 países escreveram na *20ª edição da Revista SUR*. A Sur 20, publicação que celebra os dez anos da revista, foi lançada com a realização de debates públicos em diversas cidades do mundo como São Paulo, Londres, Nova York, Bandung e Johanesburgo. Para mais informações, clique *aqui*.

"O número 20 da SUR reflete a diversidade das vozes do movimento global de direitos humanos, mostra a complexidade dos desafios que devem ser enfrentados mas também apresenta as estratégias inovadoras que estão sendo implementadas" diz Juana Kweitel, Diretora de Programas da Conectas. "Estamos orgulhosos deste número que contribui para aprofundar o diálogo necessário tanto Sul-Sul quanto Norte-Sul. Esta edição da Revista servirá de ferramenta de trabalho e reflexão para todos nós por bastante tempo" acrescenta.

A REVISTA SUR ESTÁ MUDANDO PARA FICAR MAIS PARECIDA COM VOCÊ

A partir de 2015, a Sur adotará um formato mais acessível ao leitor e discutirá principalmente questões contemporâneas de direitos humanos. Além de artigos acadêmicos, também farão parte da revista artigos de opinião, trabalhos fotográficos ou artísticos e entrevistas. Leia mais *aqui*.

A fim de tornar a Sur ainda mais relevante e acessível, suas edições continuarão sendo publicadas on-line, porém em um *novo site*. O investimento na renovação do site deu-se após um cuidadoso estudo de impacto, o qual mostra que a Revista é amplamente lida em sua versão online. Por exemplo, na plataforma *HeinOnline*, a Sur recebe em média 3,150 visitas ao mês, fora a grande quantidade de acessos em outras plataformas onde está indexada (*DOAJ*, *BDJur*, *ISN Zurich*, *SSRN*, *Scopus*, *IBSS*, *EBSCO*, *ProQuest*). Outro dado que reforçou essa questão foi o registro de um aumento de 425% nos acessos ao site da Revista entre as edições 19 e 20.

A Sur seguirá sendo impressa, porém com uma pequena tiragem para distribuição estratégica para autores e atores-chave dos debates de cada edição. Ainda está em consideração a adição de um outro idioma – francês ou árabe – para possibilitar maior alcance geográfico.

sur
revista internacional
de direitos humanos

OS PARCEIROS DO SUL GLOBAL sempre foram um foco forte para a Conectas que tem estabelecido parcerias antigas com várias organizações dessa parte do globo. Nesse sentido, 2014 foi um ano intenso de colaboração, que envolveu parceiros novos e antigos em algumas ações críticas implementadas ao longo do ano.

PARCEIROS DO SUL GLOBAL

México

Mais de cem organizações da sociedade civil, em âmbito nacional e internacional, responsabilizaram o governo mexicano por meio de uma *Carta* pelo desaparecimento forçado de 43 estudantes da Escola Normal Rural "Raúl Isidro Burgos" de Ayotzinapa, no Estado de Guerrero-México. Conectas somou-se a essas organizações para exigir investigações claras e solicitar garantias de que as mesmas sejam realizadas de acordo com os mais altos padrões internacionais.

Em 27 de outubro, a equipe da Conectas uniu-se à campanha global #AyotzinapaSomosTodxs, lançada pela ONG mexicana Tlachinollan. Leia mais *aqui*.

Para, Josefina Cicconetti, Conectora para a América Latina, a importância da Conectas ter se somado a esse esforço internacional foi de "reforçar a denúncia de desaparecimentos forçados em uma democracia. O caso dos estudantes mexicanos foi um marco que sensibilizou ativistas e não-ativistas no México e ao redor do mundo pela crueldade dos relatos que surgiram. Esse acontecimento sensibilizou também porque seu desfecho oficial não trouxe respostas às famílias, mas pôde revelar o atual cenário mexicano com um alto número de desaparecimentos forçados e alianças das diversas instâncias do governo com o narcotráfico."

Indonésia

Conectas vem trabalhando em parceria com organizações indonésias para conter violações de direitos humanos nesse país.

Os esforços realizados pela sociedade civil têm dado alguns frutos. Além da recém criada Comissão Anti-Corrupção, as organizações querem a instituição de uma espécie de 'ficha-limpa dos direitos humanos' para evitar a presença de

violadores na administração pública. Para Laura Waisbich, assessora de Política Externa da Conectas, "ainda que tenha de lidar com uma série de desafios internos, a Indonésia, por ser a maior democracia muçulmana, tem total capacidade para atuar como interlocutor de peso na Ásia e no mundo árabe. Suas contradições internas não podem servir de desculpa para um imobilismo internacional diante de graves violações."

Leia mais *aqui*.

Peru

Maria Esther Mogollón, ativista de direitos humanos, assessora do Parlamento Andino do Peru e participante de edições anteriores do Colóquio Internacional de Direitos Humanos, procurou a Conectas para denunciar o assassinato de quatro dirigentes indígenas Ashaninkas na fronteira entre o Brasil e Peru. Fruto desse contato, Conectas realizou uma entrevista com Maria Esther, onde ela exigiu que o governo peruano levasse adiante a demarcação das terras e a apuração dos homicídios dos indígenas. Para acessar a entrevista completa clique *aqui*. O material preparado pela Conectas foi utilizado pela ativista peruana para reforçar suas denúncias.

Colóquio Internacional de Direitos Humanos

O COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS é realizado desde 2001. Ao longo dos anos, o evento reuniu mais de 1,5 mil ativistas de 80 países diferentes, tornando-se um dos mais tradicionais encontros de direitos humanos do mundo.

Em 2013, Conectas deu início a uma série de mudanças na estrutura do Colóquio a fim de torná-lo mais diverso e representativo. A partir de 2015, o evento acontecerá a cada dois anos, sendo intercalado por atividades regionais realizadas em parceria com outras organizações de direitos humanos. O objetivo, no entanto, continua o mesmo: reunir defensores para assim construir uma rede ativa, forte e solidária de ONGs e ativistas do sul global.

EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS

Empresas e Direitos Humanos na ONU

DESDE 2011, Conectas vem acompanhando o andamento do tema Empresas e Direitos Humanos no âmbito das Nações Unidas.

3º FÓRUM DA ONU DE EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS

Em dezembro de 2014, aconteceu o III *Fórum da ONU sobre Empresas e DH*, que levantou questões sobre as deficiências dos *Princípios Orientadores* que, desde 2011, regulam as obrigações dos Estados e das empresas em matéria de direitos humanos. Durante o evento, Conectas esteve presente em dois painéis. *No primeiro*, sobre remédios efetivos, a organização levou ao Fórum os desafios para o aperfeiçoamento de dois mecanismos extrajudiciais de solução de conflitos: os Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e a Ouvidoria institucional do BNDES. *No segundo*, sobre a integração dos Princípios Orientadores aos diferentes mecanismos de proteção de direitos humanos da ONU, como as relatorias especiais e a Revisão Periódica Universal (RPU), Conectas sugeriu que a implementação dos Princípios Orientadores pelos Estados passasse a ser um dos itens de avaliação da RPU. Leia mais *aqui*.

26ª SESSÃO DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS

Durante a 26a sessão do CDH (Conselho de Direitos Humanos da ONU), o debate sobre a responsabilização de empresas que violam direitos humanos ganhou força. Após uma série de negociações, o resultado foi a aprovação de duas resoluções diferentes sobre o tema. A *primeira* delas aposta no início imediato da negociação, por meio de um grupo de trabalho intergovernamental e de um instrumento internacional que seja capaz de garantir a responsabilização de atores privados transnacionais. A *segunda* resolução renova o mandato do Grupo de Trabalho do CDH sobre empresas e direitos humanos. Para a Conectas, os dois processos são complementares e apontam para uma necessidade inadiável de alcançar avanços reais no tema.

GRUPO DE TRABALHO DA ONU SOBRE EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS

Conectas e organizações parceiras, *Dejusticia* e *Justiça Global*, criaram o Observatório do Grupo de Trabalho (GT) da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos para monitorar e analisar os relatórios divulgados pelo grupo. Para maiores informações sobre o trabalho do Observatório até o momento, acesse *aqui*.

ALTO COMISSARIADO DA ONU CONSULTA ESPECIALISTAS SOBRE REMÉDIOS JUDICIAIS DOMÉSTICOS PARA REPARAR GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS ENVOLVENDO EMPRESAS

O Alto Comissariado para Direitos Humanos (OHCHR) das Nações Unidas vem trabalhando para um sistema que identifique, de forma justa e eficaz, o envolvimento de empresas em graves violações de direitos humanos. O primeiro passo foi sob a forma de um estudo inicial. O segundo consistiu em uma reunião com especialistas a fim de discutir o resultado do estudo e definir próximas ações. Conectas participou ativamente do processo e continuará acompanhando esse trabalho.

Financiamento do desenvolvimento

CONECTAS ELEGEU como área prioritária de incidência de seu projeto de Empresas e Direitos Humanos o tema "Financiamento do desenvolvimento". Dado o papel fundamental que os bancos de desenvolvimento ocupam em países emergentes, principalmente no Brasil, um dos maiores provedores e receptores, a organização mantém-se comprometida em monitorar as atividades do BNDES e a participar ativamente de discussões sobre o recém-criado Banco dos BRICS (Novo Banco de Desenvolvimento) e outros Bancos Multilaterais.

BNDES

Em agosto de 2014, foi publicado *estudo* sobre as regras e padrões de transparência, prestação de contas à sociedade e mecanismos de avaliação de impactos socioambientais do BNDES. Para mais informações clique *aqui*.

A pesquisa também foi lançada em *inglês* durante evento realizado pela Conectas em parceria com o CALS, Centro Legal de Estudos Aplicados da universidade de Witwatersrand, em Johanesburgo, África do Sul. Estiveram presentes acadêmicos, organizações da sociedade civil e representantes do Banco de Desenvolvimento da África do Sul (DBSA).

Segundo Caio Borges, advogado do programa empresas e direitos humanos da Conectas, "O BNDES deve realizar uma avaliação de impactos e a devida diligência específica para prevenir violações de direitos humanos nos projetos que financia."

FÓRUM DE DIÁLOGO BNDES – SOCIEDADE CIVIL

O Fórum de Diálogo BNDES-Sociedade Civil é um espaço de discussão que foi criado por iniciativa do BNDES a partir de diversas reuniões com organizações da sociedade civil.

Em 2014, o Fórum realizou três reuniões. A primeira sobre transparência no banco; a segunda sobre salvaguardas socioambientais; e a terceira sobre desenvolvimento regional, eliminação da pobreza e sobre a política social do banco. Conectas participou das três reuniões. No diálogo sobre transparência, Conectas fez uma apresentação formal sobre o sigilo bancário e sua interpretação expansiva pelo Banco. A partir do diálogo, o BNDES tem buscado compreender alternativas jurídicas e políticas a serem exploradas para garantir uma maior transparência do Banco.

No segundo evento, que teve por temática as salvaguardas socioambientais do BNDES, a sociedade civil expôs as limitações da Política de Responsabilidade Socioambiental do banco. Conectas advogou por uma reforma da Ouvidoria do BNDES, para que essa seja mais transparente e acessível às comunidades diretamente afetadas pelos empreendimentos, e tenha procedimentos mais claros.

OUTROS BANCOS

Conectas foi convidada para formar parte do Steering Committee de uma nova coalizão de organizações trabalhando sobre financiamento do desenvolvimento, chamada Bank on Human Rights. A coalizão tem como principais eixos de atuação i) advocacy em nível institucional (por instituição financeiras), ii) advocacy em nível nacional, e iii) engajamento com comunidades. Na Coalizão, Conectas vem liderando a discussão sobre o Novo Banco de Desenvolvimento dos **BRICS**, provendo informações sobre o trâmite de aprovação e ratificação do seu Acordo Constitutivo no Brasil e buscando encontrar sinergias e agendas comuns para uma incidência mais efetiva com relação à proteção dos direitos humanos. O trâmite do Acordo nos cinco países pode ser encontrado *aqui*.

Em relação ao Banco Mundial, Conectas tem acompanhado o processo de revisão das salvaguardas sociais e ambientais do banco a fim de garantir que não haja enfraquecimento dos mecanismos atuais. O objetivo da ação também é assegurar que as novas instituições, como o NBD e o Banco Asiático de Investimento para Infraestrutura, estabeleçam normas protetivas em relação aos direitos humanos. Em 2014, Conectas participou de consulta realizada pelo Banco Mundial com a sociedade civil, o que resultou em uma *declaração crítica das organizações não governamentais sobre as salvaguardas do Banco Mundial*. Conectas submeteu ao Banco suas considerações sobre o processo de revisão e a necessidade de incorporação dos padrões mais altos de direitos humanos.

FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO NA IMPRENSA

Ao longo de 2014, Conectas pautou o tema "Financiamento e Desenvolvimento" na mídia nacional e internacional. Os principais artigos publicados durante o período foram:

FOLHA DE SÃO PAULO:
Um BNDES mais transparente.

VALOR ECONÔMICO:
Resolução dá um passo aquém das necessidades.

OXFORD HUMAN RIGHTS HUB:
Finance and Human Rights: Developments in Brazil and Peru.

HEINRICH BOLL STIFTUNG:
The BRICS' New Development Bank and the integration of human rights into development cooperation: a new era or more of the same?

UM DOS PRINCIPAIS OBJETIVOS do projeto de Empresas e Direitos Humanos da Conectas é aprimorar a capacidade da sociedade civil de monitoramento, documentação e denúncia das violações cometidas por empresas. É nesse sentido que a organização realiza diversas ações que tem como finalidade fortalecer o papel da sociedade civil em relação ao tema.

CONECTAS PEDE CRITÉRIOS DE DIREITOS HUMANOS EM ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE DA BM&F BOVESPA

Conectas participou do processo de consulta pública para a revisão do questionário 2014/2015 do *Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)* da BM&F Bovespa. A organização enviou comentários e recomendações para o aprimoramento do questionário de seleção, focando-se em sua dimensão social. Utilizando-se do exemplo do Dow Jones Sustainability Index, índice de sustentabilidade empresarial da Bolsa de Valores de Nova York, Conectas sugeriu que as empresas sejam questionadas sobre seu conhecimento e adesão aos *Princípios Orientadores da ONU para Empresas e Direitos Humanos*. Veja a íntegra do documento *aqui*.

CURSO DE TREINAMENTO PARA ONGS BRASILEIRAS

A Conectas vê a capacidade da sociedade civil brasileira de monitorar, documentar e responsabilizar atores do setor privado em casos de violações de direitos humanos. Nesse sentido, em 2014, a organização realizou um workshop em São Paulo, Brasil, para capacitar 20 organizações sobre a estrutura societária de multinacionais, definição de pesquisa, coleta e uso de dados (técnicas de entrevista) e estratégias de disseminação. O formato e a metodologia do workshop foram elaborados em colaboração com a *SOMO* (Centre for Research on Multinational Corporations).

INSTITUCIONAL

Desenvolvimento Institucional

A área de Desenvolvimento Institucional é responsável pela sustentabilidade da organização. Suas principais atividades são: manter os atuais financiamentos e prospectar novos apoiadores; fortalecer a rede de contatos da organização; apoiar os programas na elaboração de seus planejamentos e posteriormente em seus processos de avaliação; e garantir atividades de capacitação e integração da equipe.

AVALIAÇÃO

Em agosto de 2014, Conectas realizou seu primeiro processo de avaliação semestral a fim de identificar metas alcançadas e discutir lições aprendidas durante a primeira metade do ano. Esse processo tem sido fundamental para a auto-reflexão da organização e planejamento de todas as áreas.

SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade da Conectas é fundamental para que seus projetos sejam colocados em prática, por isso a equipe do Desenvolvimento Institucional não mede esforços para que essa meta seja cumprida. Em 2014, a organização deu início a implementação de uma estratégia de captação com indivíduos. Como primeira experiência, Conectas participou do #Diadedoar, campanha digital que ocorre mundialmente com a finalidade de arrecadar recursos para mudanças sociais. Leia mais *aqui*.

Por meio de entrevistas, artigos de opinião e análises, Conectas tem influenciado o rumo do debate público sobre direitos humanos no Brasil. Em 2014, a organização buscou ampliar sua visibilidade na mídia nacional e internacional, com o objetivo de alcançar um público cada vez mais variado.

DIÁLOGOS CONECTAS-CULTURA

Em agosto de 2014, Conectas realizou um importante debate sobre a atual Lei de drogas no Brasil. A discussão ocorreu entre o juiz de Direito José Henrique Torres e o psiquiatra Luis Fernando Tófoli, e foi mediada pelo apresentador Cazé Pecini. O evento reuniu mais de 130 pessoas, dentre elas estudantes, acadêmicos e ativistas. Além disso, dezenas de pessoas puderam acessar o evento via transmissão ao vivo, realizado pelo *Estúdio Fluxo*. Leia mais *aqui*.

CURSO DE JORNALISMO E DIREITOS HUMANOS

A fim de colaborar coma formação das novas gerações de jornalistas e contribuir para uma sociedade mais informada sobre direitos humanos, Conectas, em parceria com *OBORÉ*, *Ponte*, *Abraji* (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) e IPFD (Instituto de Pesquisa, Formação e Difusão em Políticas Públicas e Sociais), realizaram o I Curso de Informação sobre Jornalismo e Direitos Humanos.

Cerca de 600 estudantes de diversas áreas e baseados em 79 munícipios de 19 estados brasileiros, se inscreveram no curso. Os 20 alunos selecionados participaram de palestras ministradas pela equipe da Conectas e produziram textos sobre diferentes temas de direitos humanos em importantes veículos jornalísticos.

CONECTAS NA MÍDIA NACIONAL

O uso da mídia tem sido uma ferramenta estratégica para as ações de advocacy da Conectas. Em 2014, a organização foi mencionada 3537 vezes na mídia nacional. Isso significa uma média de quase 10 menções ao dia. Ainda durante este ano, a organização foi citada 95 vezes pelos cinco principais jornais do país (O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, O Globo, Valor Econômico e Correio Braziliense), mais que o dobro em relação ao ano anterior.

CONECTAS NA MÍDIA INTERNACIONAL

Em 2014, Conectas obteve **417 MENÇÕES** na mídia internacional, dentre elas em importantes jornais como *New York Times*, *The Guardian*, *El País*, *Deutsche Welle* e outros.

SITE

O site da Conectas vem se tornando cada vez mais uma importante plataforma de disseminação de conhecimento sobre direitos humanos para o Brasil e o mundo. De janeiro a dezembro de 2014, o site obteve **247.459 ACESSOS**, o que significa uma média de **20.622** entradas por mês e um crescimento de 100% em relação ao ano de 2013.

FACEBOOK

As redes sociais são importantes plataformas de comunicação na atualidade. Sendo assim, a Conectas tem investido para que seus conteúdos sejam amplamente difundidos nesses veículos (Facebook e Twitter). Em 2014, Conectas alcançou mais de **15.000 SEGUIDORES** no Facebook, o que garantiu maior visibilidade aos temas tratados pela organização.

Administrativo & Financeiro

Conectas acredita que a transparência da organização é fator fundamental. Em 2013, foi investido na atuação ativa do Conselho Fiscal, política essa que permanece. Também mantivemos a auditoria externa contratada em 2013 – PricewaterhouseCoopers. O planejamento e a coordenação das operações administrativas e financeiras da Conectas continuam garantindo a fluidez e boa execução dos programas e áreas. O departamento também continua fortalecendo sua atuação e interação com os programas e demais áreas institucionais da organização, assim zelando por sua saúde financeira e administrativa.

Veja *aqui* as demonstrações financeiras da Conectas auditadas pela PricewaterhouseCoopers.